



PRACA

REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE



VOLUME 4 - NÚMERO 1, 2020
ISSN 2595-1025

dossiê

Florestan
Fernandes



Contato

revistapracaufpe@gmail.com

Para mais informações, arquivos e submissões em fluxo contínuo, acesse:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca>

Imagem da capa:

Câmara dos Deputados

Informações Bibliográficas:

Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE

Volume 4, Número 1, 2020, 106 páginas

ISSN: 2595-1025

Comitê Editorial:

Anita Pequeno

Carla Ribeiro Sales

Claudia R. Ferreira de Brito

João Flávio M. Amaral

Marcele de Moraes Silva

Mariana Albuquerque

Raphael Nascimento

Rebecca Portela Melo

Samara Maria de Almeida

Agradecimentos:

À professora Eliane Veras e ao professor Diogo Valença pela gentil escrita do editorial.

A todos os autores e pareceristas que contribuíram para a produção desta edição.

Sumário

Editorial	4
-----------------	---

Dossiê: Florestan Fernandes

As pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes: <i>uma introdução</i>	6
Rebeca Bandeira	

Cem anos de Florestan Fernandes: <i>uma vida dedicada à defesa da escola pública</i>	19
Cláudia Sena Lioti e Márcia Marlene Stentzler	

Ensino de Sociologia no Ensino Médio: <i>o olhar de Florestan Fernandes</i>	33
Célia Oliveira dos Santos Neta	

Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos: <i>apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina</i>	45
Itamá Winicius do Nascimento Silva	

Florestan Fernandes: <i>um precursor da política de promoção da igualdade racial no Brasil?</i>	69
Tairine Ferreira Pimentel	

O paradoxo da democracia nas relações raciais: <i>uma leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”</i>	83
Lara Maria Alves Falcão	

Resenha

Recursos para um ativismo intelectual: <i>o paradigma da interseccionalidade em Patricia Hill Collins</i>	102
Lunara Gomes	

Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos:

apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina

Itamá Winicius do Nascimento Silva*

Resumo

Diante do centenário do sociólogo Florestan Fernandes, busco instigar uma discussão a respeito de como suas ideias se aproximam da chamada Teoria Marxista da Dependência. Apesar da oposição entre esses marxistas e algumas figuras da sociologia uspiana, como Fernando Henrique Cardoso, defendo uma aproximação entre Florestan e esses autores no que se refere à análise do desenvolvimento capitalista na América Latina e no Brasil. Sendo assim, busco analisar as aproximações entre Florestan e Theotônio dos Santos no tocante à origem, ao desenvolvimento, à expressão e à superação do fascismo na realidade latino-americana. O diálogo entre esses dois autores traz consigo fecundas e atuais discussões sobre conceitos caros ao Pensamento Social Brasileiro, como capitalismo dependente, imperialismo, socialismo e, claro, fascismo.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Theotônio dos Santos; Capitalismo Dependente; América Latina; Fascismo.

Florestan Fernandes and Theotônio dos Santos:

notes on dependent capitalism and fascism in Latin America

Abstract

Facing the centenary of the sociologist Florestan Fernandes, I seek to instigate a discussion of how his ideas approach the so-called Marxist Theory of Dependence. Despite the opposition between these Marxists and some figures in Uspian Sociology, such as Fernando Henrique Cardoso, I defend a rapprochement between Florestan and these authors regarding the analysis of capitalist development in Latin America and Brazil. Therefore, I seek to analyze the approximations between Florestan and Theotônio dos Santos regarding the origin, development, expression and overcoming of fascism in the Latin American reality. The dialogue between these two authors brings with it fruitful and current discussions on concepts dear to Brazilian Social Thought such as dependent capitalism, imperialism, socialism and, of course, fascism.

Keywords: Florestan Fernandes; Theotônio dos Santos; Dependent Capitalism; Latin America; Fascism.

*Mestrando em Sociologia pelo PPGS/UFPE. Graduado em Ciências Sociais – Licenciatura pela UFPE.
E-mail: itama_winicius@hotmail.com.

Introdução

Nesta introdução, buscarei traçar rapidamente a trajetória pessoal e intelectual dos dois autores em questão, situando-os dentro de um determinado contexto histórico-social. A importância e o entendimento deste contexto, facilita o exercício proposto em buscar um diálogo entre Florestan Fernandes (1920-1995) e Theotônio dos Santos (1936-2018); tendo em vista que essa interlocução não ocorreu de forma direta durante a vida desses teóricos. De origem humilde, Fernandes construiu sua carreira acadêmica na Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934, como resultado das várias transformações que o país foi palco após a Revolução de 30. O filho único de Maria Fernandes, então empregada doméstica, ingressou na USP em 1941 e teve que enfrentar um cenário desafiador. Esse cenário pode ser representado pelo depoimento pessoal do historiador Fernand Braudel, professor da USP em seus primeiros anos de atividade. Relatou Braudel: “Minhas primeiras aulas foram em francês, e na sala havia representantes do governador, amigos de Júlio de Mesquita Filho, o dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, e diversos grã-finos que deixavam carrões estacionados na porta” (apud LIMONGI, 2001, p. 188). Nesse ambiente, Fernandes se formou em Ciências Sociais, conquistando, posteriormente, os títulos de mestre e doutor, passando para a livre-docência em 1953.

Fortemente influenciado pelo funcionalismo nos primeiros anos de sua trajetória intelectual, Fernandes produziu inovadoras pesquisas sobre a extinta sociedade tupinambá e buscou construir uma sociologia científica que visasse a interpretação do Brasil. A busca por uma patente científica do conhecimento sociológico, dialoga direta ou indiretamente com as bases ideológicas dos fundadores da USP, que nos debates envolvendo a formação da universidade a definiam da seguinte forma:

A universidade é definida como organismo concatenador da mentalidade nacional, uma vez que nela se formam essas admiráveis legiões de estudiosos desinteressados, que no ambiente sereno das bibliotecas e dos laboratórios indicam, em todas as nações cultas do universo, as diretrizes seguras por onde trilham confiantes os homens de ação (LIMONGI, 2001, p. 152).

As pesquisas envolvendo questões raciais, realizadas conjuntamente com o antropólogo Roger Bastide, dão início a uma nova fase da trajetória intelectual de Fernandes. Visando se contrapor às teses da democracia racial, colocada como “a ideia de que o padrão brasileiro de relações entre ‘brancos’ e ‘negros’ se conformava aos fundamentos ético-jurídicos do regime republicano vigente” (FERNANDES, 1965, p. 197), Fernandes colocou a questão racial sob a perspectiva do oprimido sem, contudo, mistificar a senzala. Porém, é a partir do golpe civil-militar de 1964 que ele passa a se preocupar, de forma mais intensificada, com a formação do capitalismo no Brasil, aproximando-se de importantes conceitos como o de capitalismo dependente. Desse período surgem obras

como *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008) e, principalmente, *A Revolução Burguesa no Brasil* (2006). Também foi a partir de 1964 que Fernandes passou a produzir sobre a realidade latino-americana, integrando o Brasil nesse circuito, o que resultou em obras como *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1975) e *Da Guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (2007), obra que tornou Fernandes um dos primeiros no país a produzir especificamente sobre a ilha socialista. O contexto histórico-social desenvolvido após o golpe de 1964, resultou intelectualmente numa maior aproximação com a teoria marxista.

Theotônio dos Santos foi um dos expoentes da chamada Teoria Marxista da Dependência, posto que assume junto com companheiros e companheiras como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Por conta do golpe de 1964, Santos acabou construindo uma carreira acadêmica instável em comparação com Fernandes, e marcada por um maior reconhecimento fora do Brasil. Quando os militares derrubaram João Goulart, ele possuía a graduação em Sociologia, Política e Administração Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o título de mestre em Ciência Política, alcançado sob orientação de Ruy Mauro Marini, pela Universidade de Brasília (UnB). Por essas razões, sai do Brasil em 1966 para se construir academicamente e intelectualmente no Chile. Após o golpe militar de 1973, que depôs Salvador Allende, vive um novo exílio e refugia-se no México, onde se torna professor titular da Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Enquanto esteve no Brasil, fez parte do que ficou conhecido como “grupo de Brasília”.

Esse grupo se formou sob a liderança de André Gunder Frank, convidado por Darcy Ribeiro, em 1962, para lecionar na recém-fundada UnB que tinha uma inovadora estrutura descrita da seguinte forma:

Sua organização estava baseada em departamentos e institutos, ao invés da cátedra e da faculdade, próprias da universidade tradicional; o projeto pedagógico privilegiava o trabalho docente em equipe, a relação ensino-pesquisa e dava estímulo à realização de cursos livres, debates e seminários e à abertura de cursos de pós-graduação. Sua concepção da relação universidade-sociedade, que a levava a abrir-se ao exterior, promovendo cursos de extensão e, inclusive, de formação profissional e capacitação sindical, constituía outro diferencial da instituição, que abrigava intelectuais comprometidos em compreender e projetar as transformações que o país sofria naquela metade de século (WASSERMAN, 2017, p. 32).

Como podemos observar, existiu um contraste entre Fernandes e Santos no tocante as instituições que fizeram parte. Inserido em uma universidade de modelo tradicional, Fernandes construiu-se enquanto sociólogo militante, tendo que se afastar do que chamou de “conservantismo consequente” (FERNANDES, 1980) e, com isso, desenvolveu em torno da cadeira de Sociologia I um conjunto de intelectuais que visavam superar esse tradicionalismo acadêmico. Sobre a disciplina mencionada, disse Fernandes: “A cadeira serviu, em suma, para atingir fins que, na tradição do

ensino superior brasileiro, conflitavam com a sua existência. Era como que uma revolução dentro da ordem” (FERNANDES, 1980, p. 187). O enfrentamento de tais desafios, não foi vivido por Santos que teve o primeiro contato com Gunder Frank, em 1963, e logo fez parte de um grupo que objetivava aplicar as análises de Karl Marx à interpretação do desenvolvimento histórico latino-americano. Desse grupo saiu a constituição da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), fundada em contraposição às teses democrático-burguesas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Além de não estar inserido em uma instituição tradicional como a USP, Santos se diferencia de Fernandes por já ter a América Latina como preocupação teórica no início de sua trajetória intelectual; exercício realizado por Fernandes apenas a partir de meados dos anos 1960.

Por conta de diversos fatores, como a construção acadêmica no exterior e sua difícil inserção na academia durante o processo de Redemocratização, Santos (e os outros autores da chamada Teoria Marxista da Dependência) não é comumente inserido entre os chamados “intérpretes do Brasil”, que têm Fernandes como um de seus expoentes. Apesar de elaborar diagnósticos e projetos para o Brasil, relacionando sua história como parte integrante da realidade latino-americana, Santos não conseguiu entrar nesse grupo seleto de intérpretes. Esse intérprete pode ser definido como um intelectual envolvido politicamente, desenvolvendo com isso diagnósticos e interpretações sobre a história de seu povo. Ou melhor, “os intérpretes do Brasil valorizam o espaço da experiência brasileira, o que o Brasil já foi e ainda é, ora valorizam o horizonte de espera, o que o Brasil quer ser e ainda não é” (REIS, 2000, p. 15 apud WASSERMAN, 2017, p. 23). Segundo Claudia Wasserman (2017), o grupo de Brasília que Santos fez parte permaneceu na sombra, assim como outros círculos de leituras em vários estados periféricos do país, enquanto o grupo chamado por ela de “uspiano” conseguiu construir uma hegemonia mesmo não sendo o único a se reunir com o propósito de estudar e refletir sobre as obras de Marx. Esse grupo foi organizado inicialmente por José Arthur Giannotti e reuniu teóricos como Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort, entre outros. Ainda sobre esse grupo de seminário sobre Marx, reunido na USP, vale ressaltar que Fernandes não fez parte dele, seja em sua origem ou desenvolvimento (SOARES, 1997).

Esses dois grupos se organizaram e interagiram num contexto intelectual frutífero no país. Assim sendo, existiu uma ferrenha disputa ideológico sobre a natureza do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e os caminhos a serem seguidos. Diante dessa disputa o grupo de Brasília e o grupo de seminário sobre Marx, estavam em contato com outros como os nacional-desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), além dos intelectuais reunidos no PCB. As disputas entre esses grupos, vão marcar as décadas de 1950 e, principalmente, 1960. Tomando como base a tipologia realizada por Bresser-Pereira (2010), coloco essas disputas sob as seguintes bases: a) a interpretação da contradição nacional-dependente, reunindo teóricos da CEPAL e do ISEB, que viam o desenvolvimento econômico como possível através de uma revolução nacional,

democrática e capitalista com base em uma estratégia nacional de desenvolvimento; b) a interpretação da dependência associada, reunindo teóricos vinculados à USP, que rejeitavam a possibilidade de uma burguesia nacional e, consequentemente, consideravam o desenvolvimento econômico possível através do caráter dinâmico do capitalismo e dos investimentos feitos pelas corporações multinacionais, voltando-se assim para trincheiras como a justiça social e o fortalecimento da democracia; c) e a interpretação da superexploração, reunindo teóricos vinculados ao grupo de Brasília que, inspirados na Revolução Cubana de 1959 e nas lições deixadas pelo golpe civil-militar de 1964 no Brasil, colocavam a revolução socialista como o único caminho para a superação da condição de país dependente, frente a subserviência das classes dominantes locais aos interesses estrangeiros.

Cepalinos e isebianos estiveram reunidos no que Bresser-Pereira (2010), chamou de interpretação nacional-burguesa. Ambos os grupos, “acreditavam que o desenvolvimento econômico era sinônimo de industrialização e deveria ser produto de uma estratégia nacional – uma estratégia que o ISEB batizou de “nacional-desenvolvimentismo”” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22). Além do mais, “acreditavam que uma nação forte era essencial para construir um estado-nação forte” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 22). Apesar das análises desse grupo, especialmente os cepalinos, não utilizarem o termo imperialismo, substituindo-o por centro e periferia, existiu naquelas reflexões uma teoria imperialista do subdesenvolvimento, como podemos observar nas ideias de Celso Furtado. Os nacional-desenvolvimentistas, tiveram como opositores o grupo intelectual presente na USP. Entre esses, “As principais preocupações de seus membros eram a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial e a análise da exclusão social e dos gêneros e classes sociais” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 23). Diferente de cepalinos e isebianos, o grupo formado na USP além de se concentrarem em teoria sociológica (transpondo métodos de pesquisa social para o Brasil), não tinham como fundamento principal a chamada questão nacional que movia os desenvolvimentistas. Pelo contrário, “rejeitava a possibilidade de pactos nacionais e não estava interessada em criticar o relacionamento imperialista entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 24). Mas o grupo uspiano não era homogêneo e, como coloca Bresser-Pereira em nota, Fernandes estava mais próximo do grupo de Brasília do que de autores como Cardoso. Sobre essa aproximação, diz Bresser-Pereira:

Florestan Fernandes, o fundador e chefe da Escola de Sociologia de São Paulo, Octávio Ianni e Roberto Schwarz não adotaram a interpretação da dependência associada. Originalmente Florestan Fernandes não era marxista, mas se tornou marxista nos anos 1960 e, como quase sempre acontece com intelectuais republicanos à medida que envelhecem, em seguida ele se radicaliza para a esquerda, identificando-se com a interpretação da super-exploração (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Por fim, tendo como recorte documental os escritos de Fernandes e Santos sobre o

fascismo na América Latina, busco debater a possibilidade de diálogos entre esses dois pensadores. Veremos no decorrer do trabalho como, através das discussões sobre o fascismo, esses dois autores se aproximam em outras temáticas como a interpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil e a consequente interferência estrangeira no decorrer deste processo. O encontro das ideias desses autores, só foi possível graças a um contexto histórico-social, representado pela Revolução Cubana e o golpe civil-militar no Brasil. Esses dois acontecimentos históricos, vivenciados diretamente pelos autores, ensinaram duas lições: a) a subordinação das classes dominantes locais aos interesses imperialistas, abdicando de um projeto nacional de desenvolvimento, alimentado pelos nacionais-desenvolvimentistas; b) a percepção de que somente através de uma ruptura revolucionária, representada pela revolução socialista, seria possível livrar-se das amarras do capitalismo dependente que pode até gerar desenvolvimento econômico, mas não será capaz de superar mazelas sociais de natureza estrutural. Fernandes e Santos, mesmo não mantendo um diálogo direto, enxergaram no golpe de 1964 “os equívocos teóricos e político-estratégicos das correntes hegemônicas da esquerda brasileira, tanto a reformista do PCB quanto a fração nacionalista, desenvolvimentista e modernizadora do PTB, da Cepal e do Iseb” (WASSERMAN, 2017, p. 64). Sem essa criticidade, os dois autores em questão não conseguiriam desenvolver as suas reflexões sobre o fascismo na América Latina (e por consequência no Brasil) que veremos adiante.

Capitalismo dependente: possibilidades de um não diálogo

Como mencionado acima, o diálogo entre Fernandes e Santos, não existiu de forma direta. Ou seja, estamos lidando com um não diálogo. O que existe neste trabalho é uma tentativa teórica-epistemológica de encontrar pontos em que as suas reflexões entrem em consonância. A questão do capitalismo dependente é considerada um possível ponto de diálogo entre esses autores. E não só entre os dois autores, o tema aproxima Fernandes da interpretação da superexploração, definida na introdução. Por isso, realizarei, nesta parte do trabalho, uma comparação entre Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência de um modo geral. Como ponto de partida, indago: o que caracteriza o capitalismo dependente? Como denuncia o termo, o capitalismo dependente significa uma situação particular em que se encontram países considerados subdesenvolvidos. Esses países encontram-se dependentes econômica e politicamente dos países capitalistas centrais. Dessa forma,

Pensar o capitalismo dependente como uma forma de capitalismo particular, no seio do sistema mundial capitalista, obrigou a definir os processos que o determinam em sua reprodução, sendo dois fundamentais a superexploração da força de trabalho e o divórcio no ciclo do capital, os quais integrados com o intercâmbio desigual, enquanto denominador comum das diversas formas de inserção da região no sistema mundial, reproduzem não somente os processos antes assinalados, mas o capitalismo dependente enquanto tal (LUCE, 2018, p. 7).

Adiante, veremos como o fascismo se apresenta na América Latina com a finalidade de manter as estruturas desse capitalismo dependente, principalmente quando estas se encontram ameaçadas, seja por mudanças dentro da ordem ou contra a ordem. Por ora, basta o entendimento de que o capitalismo dependente se caracteriza como um capitalismo particular, porém, produzido e reproduzido dentro da dinâmica do sistema mundial capitalista. Como mostrou Bamberger (2019), a análise da questão da dependência preocupou o que ela chamou de “ciência social oficial”, dando como exemplo os cepalinos. Entretanto, buscando se diferenciar da CEPAL, ela coloca que seus teóricos reproduziram deficiências metodológicas no tocante ao tema, pois buscavam “justificar certo tipo de desenvolvimento, em vez de tentar explicá-lo” (BAMBERGER, 2019, p. 37). A sua perspectiva da questão da dependência, busca redefinir seu conceito como uma:

categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes (BAMBERGER, 2019, p. 38).

Feita essa apresentação geral, busco a partir de agora descrever a visão de Fernandes sobre capitalismo dependente, comparando-o com as reflexões produzidas pelos teóricos da interpretação da superexploração ou, simplesmente, da Teoria Marxista da Dependência. Assim como outros teóricos vinculados a USP, Fernandes também se preocupou em entender os processos sociais, políticos e econômicos em torno da transição do Brasil arcaico/rural para o desenvolvido/urbano. Se fomos na nota explicativa da obra *A integração do negro na sociedade de classes*, vamos encontrar claramente essa preocupação do Fernandes no entendimento das questões raciais. Segundo o próprio, as relações raciais se configuram como “um dos problemas sociais mais graves para a continuidade do desenvolvimento da ordem social competitiva na sociedade brasileira” (FERNANDES, 1965, p. 6). E a escolha pela cidade de São Paulo foi baseada nessa mesma preocupação, pois ela é considerada como “a cidade brasileira na qual a *revolução burguesa* se processou com maior vitalidade, segundo a norma do *Trabalho-livre, na Pátria-livre*” (FERNANDES, 1965, p. 7, grifos do autor). Até o início da década de 1960 os termos sociedade de classes e capitalismo dependente estavam presentes em sua obra sob a chave da irracionalidade, o que gerava a ânsia de que o desenvolvimento pleno da sociedade de classes (ou ordem social competitiva), acabaria levando ao expurgo do subdesenvolvimento. Ou seja, a exageração do desenvolvido/urbano, teria como consequência o enfraquecimento do arcaico/rural. Apenas no fim dessa mesma década é que os termos mudam de sentido e Fernandes passa a utilizá-los, sob a chave da racionalidade, concluindo que o sistema social funcionaria estruturalmente através do que Brasil Júnior (2013) chamou de “meia potência”. Essa mudança acarretou em três pontos que Fernandes passou a se debruçar:

Em primeiro lugar, na necessidade de articular, de modo constitutivo, elementos “internos” e “externos” às sociedades, especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito dos dinamismos sócio-econômicos – articulação que também levaria a uma imbricação entre elementos “arcaicos” e “modernos”. Num segundo plano, na requalificação da atuação limitada da burguesia na chave da “racionalidade possível” diante das condições do “capitalismo dependente”. O seu confinamento a interesses egoístas e de curto prazo não seria uma simples “irracionalidade” ou uma resistência “sociopática” à mudança, mas uma forma de se ajustar a um “capitalismo difícil”. Por fim, na caracterização do caráter inextricavelmente “autocrático” da transformação capitalista implicada pelo “capitalismo dependente”, que se associaria não com a correção, mas com o agravamento da monopolização da renda, do prestígio e do poder político. Noutras palavras, o “capitalismo dependente” não conduziria à universalização da ‘ordem social competitiva’” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 253).

Essa mudança permitiu a Fernandes um maior refinamento de suas análises sobre o capitalismo dependente e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. Afinal, muitos desses problemas não estavam ausentes em suas obras anteriores, porém, a partir dessas reflexões ele conseguiu assentar melhor hipóteses como a demora cultural e o dilema social brasileiro. Vale lembrar que, cronologicamente, essas reflexões sobre a natureza do capitalismo dependente ganham força a partir de 1967, ano em que ele escreve o artigo *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Porém, essas ideias estão de forma mais presentes e detalhadas na clássica obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. É nesta obra que ele, seguindo reflexões já realizadas por autores como Caio Prado Júnior, busca analisar as relações entre os elementos internos e externos, colocando o desenvolvimento da sociedade brasileira em articulação constante com a expansão do mundo ocidental. Essa articulação seria responsável por gerar “a formação de uma economia ‘duplamente polarizada’, isto é, destinada a garantir acumulação de capital tanto para as burguesias nacionais quanto para as burguesias dos países ‘hegemônicos’” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 255). Sobre as diferenças entre países centrais e subdesenvolvidos, Fernandes assenta suas formações nos seguintes termos:

Em um extremo, temos uma economia de mercado capitalista que cresce com o excedente econômico transferido ou pilhado de economias coloniais. No outro, deparamos com uma economia de mercado capitalista que, ao crescer, corre o risco de se tornar ainda mais dependente (FERNANDES, 1975, p. 24-5 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 255).

É por esse motivo que as burguesias locais não teriam capacidade de liderar uma revolução democrático-burguesa, aos moldes europeus. A sua formação a colocaria numa posição de conciliadora da dualidade arcaico/desenvolvido. Porém, isso não se daria de forma mecânica em Fernandes. Pelo contrário, seria fruto de uma dinâmica histórica complexa e contraditória em que essas classes dominantes ora buscam desenvolver a ordem social competitiva, ora visam revitalizar heranças de uma sociedade de castas e estamental. Essa combinação entre esses dinamismos,

implicaria em uma “combinação de elementos ‘arcaicos’ e ‘modernos’, tornando complexo o quadro geral da mudança social” (BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 257). O que existe de cabal nesse processo era a impotência dessa burguesia em liderar mudanças sociais que fossem em oposição aos interesses estrangeiros, tornando-a uma burguesia dependente, sendo o golpe de 1964 um exemplo desta subserviência. Segundo ele,

Assim, a economia capitalista subdesenvolvida engendra uma burguesia que é vítima de sua própria situação de classe. Ela possui poder para resguardar sua posição econômica e os privilégios dela decorrentes no cenário nacional. Mas é impotente noutras direções fundamentais, a tal ponto que induz e fomenta um crescimento econômico que a escraviza cada vez mais intensamente ao domínio dos núcleos hegemônicos externos (FERNANDES, 1975, p. 77-8 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 259).

Essa mudança de tratamento dos termos em Fernandes, passando de uma chave irracional para uma racional, desemboca em um ceticismo com relação a burguesia como agente social protagonista de mudanças sociais no Brasil; diferenciando-se de cepalinos, isebianos e, por consequência, criando uma aproximação com as teses da interpretação da superexploração. Esse ceticismo é causado por uma análise histórica e sociológica que constata a mentalidade mandonista, exclusivista e particularista das classes dominantes locais que se tornaram obstáculo para o pleno desenvolvimento da ordem social competitiva. Por essa razão, Fernandes cria o conceito de “modelo autocrático-burguês” para designar a manutenção de privilégios de uma burguesia sem quaisquer pretensões utópicas de emancipação, a exemplo dos países europeus. E o golpe de 1964, já mencionado, reforça essa visão no autor. Esse acontecimento histórico serviu para mostrar a natureza desse modelo autocrático-burguês que se caracteriza como “rígida, monolítica e autocrática, anulando ou suprimindo todo o espaço político que não sirva aos interesses econômicos, políticos e sociais das classes dominantes” (FERNANDES, 1979, p. 32 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 261). Mas quais as ligações e outras diferenças dessa noção de capitalismo dependente com os teóricos da Teoria Marxista da Dependência?

A principal diferença é que as análises de Fernandes se debruçam, especificamente, sobre a realidade brasileira, enquanto os teóricos da Teoria Marxista da Dependência buscam uma perspectiva latino-americana do mesmo processo. Fernandes, inclusive, coloca o Brasil (junto com o México) como os países em que se encontra um “tipo mais complexo de capitalismo dependente” (FERNANDES, 1975, p. 49 apud BRASIL JÚNIOR, 2013, p. 263). Se tomarmos como base a tipologia das sociedades dependentes, feitas por Bamberger, na obra *O capitalismo dependente latino-americano*, veremos que essa afirmação não está distante do que pensam esses teóricos. No capítulo três desta obra, Bamberger divide a formação das sociedades latino-americanas em dois tipos

básicos¹²: a) aqueles que detêm uma estrutura diversificada, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão; b) aqueles que detêm uma estrutura essencialmente primário-exportadora, cujo setor secundário ainda estava composto quase exclusivamente por indústrias artesanais. Brasil e México estão enquadrados no primeiro grupo, cunhado por ela de “tipo A”, por apresentarem um significativo setor industrial desde o fim do século XIX. A diferença é que as reflexões de Bambirra vão além das realidades brasileiras e mexicanas, incluindo nesta tipologia todos os demais países da região.

Apesar dessa diferença de perspectiva, existem similaridades em outros aspectos. Começando por Bambirra, o seu encontro com Fernandes se inicia na constatação de que na América Latina (e em consequência, no Brasil), a relação contínua entre arcaico/desenvolvido é parte estrutural do capitalismo dependente. Ao comentar sobre o desenvolvimento capitalista na região, passando especificamente pela proletarianização da mão de obra do campo, afirma a autora:

A proletarianização expressa o processo de penetração do capitalismo no campo – que, embora em vastas regiões passa a ser predominante, não elimina completamente as relações pré-capitalistas ou semi-serviis, e até coexiste com estas em alguns casos, tendendo a uma aproximação maior ou menor às relações capitalistas de produção puras, de acordo com as necessidades do sistema (BAMBIRRA, 2019, p. 68).

Sendo assim, o processo de desenvolvimento das relações de produção capitalistas (ou ordem social competitiva, segundo Fernandes), apesar de formar novas classes sociais como um proletariado crescente, as classes médias e uma burguesia industrial “o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido” (BAMBIRRA, 2019, p. 69). Em suma, apesar da industrialização (intensificada graças ao período que vai do início da Primeira Guerra Mundial ao final da Segunda Guerra Mundial, onde existiram as condições propícias para a substituição das importações) existente nessas sociedades, o setor exportador não perdeu força; desenvolvendo desta forma uma burguesia aliada e atrelada aos interesses desse setor. Isso ocorre porque, “embora a indústria tenda, no final das contas, a subordinar o setor exportador, necessita dele como condição de sobrevivência

1 A autora também se refere à possibilidade de criar um terceiro tipo de sociedades dependentes, formado por países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial, como Paraguai, Haiti e Panamá. “No entanto, dada a especificidade da evolução histórica de cada um desses países frente à ausência de denominadores comuns – salvo por formarem parte de um mesmo sistema de dominação –, possivelmente sua classificação dentro de um mesmo tipo não nos conduziria a uma maior compreensão do caráter de suas estruturas dependentes, sendo preferível realizar diretamente o estudo de cada um desses países dependentes” (BAMBIRRA, 2019, p. 60).

2 Além do mais, a autora coloca Cuba como um caso à parte no continente, pois seu processo de industrialização foi produto de sua transição socialista, rompendo com a dependência em relação ao centro hegemônico capitalista.

e expansão” (BAMBIRRA, 2019, p. 77). Essa dependência da burguesia aos setores oligárquicos, vinculados a exportação, impede a realização de uma revolução burguesa na América Latina aos moldes europeus. Essa tese, além de se conciliar com as reflexões de Fernandes, contestam as produções cepalinas, isebianas e até marxistas mais antigas como as de Octávio Brandão (2006), feitas em *Agrarismo e Industrialismo*³. Independente da formação socioeconômica dependente (Bambirra enumera a existência de três tipos na América Latina: a formação colonial-exportadora, a capitalista-exportadora e a capitalista-industrial) existe uma dinâmica que busca a manutenção das bases do capitalismo dependente, impedindo assim uma revolução burguesa no continente. Assim como Fernandes e Bambirra, Ruy Mauro Marini advoga da mesma tese como podemos observar neste trecho:

O fato que mais chama a atenção é o caráter relativamente pacífico que o trânsito da economia agrária para economia industrial assume na América Latina, em contraste com o que ocorreu na Europa. Isto fez com que muitos estudiosos mantivessem equivocadamente a tese de que a revolução burguesa latino-americana ainda está por se realizar. Ainda que fosse correto dizer que a revolução burguesa não se concretizou na América Latina segundo os cânones europeus, este argumento é enganoso, pois não considera adequadamente as condições objetivas dentro das quais se desenvolveu a industrialização latino-americana (MARINI, 2013, p. 55).

Sobre o último ponto em que Marini coloca como enganosas interpretações que não consideram as condições objetivas da região, vale lembrar do uso particular da noção de revolução burguesa em Fernandes. Questionando se existiu ou não um processo revolucionário protagonizado pela burguesia no Brasil, o autor deixa claro que não se trata de analisar essa noção como um acontecimento histórico determinado. Se trata sim de buscar “procurar os agentes histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil” (FERNANDES, 2006, p. 37).

Santos é outro autor da Teoria Marxista da Dependência que se encontra em consonância com as ideias de Fernandes sobre o capitalismo dependente. Assim como o sociólogo paulista, Santos enxergou o capitalismo dependente como um desenvolvimento capitalista particular e condicionado em que sua expansão pode gerar ainda mais dependência. A razão deste processo

3 Apesar de o feito ser, comumente, creditado ao paulista Caio Prado Júnior, foi o comunista alagoano Octávio Brandão o pioneiro a escrever uma obra de interpretação marxista sobre o Brasil. Se *Evolução Política no Brasil* foi publicado em 1930, *Agrarismo e Industrialismo* foi publicado em 1926. A obra se debruça sobre as lutas de classes e as insurreições armadas de Copacabana, em 1922, e São Paulo, em 1924. Entre as principais teses da obra estão a oposição entre os interesses dos setores agrários e industriais, o papel do imperialismo inglês e norte-americano naquela conjuntura, além de reflexões táticas e estratégicas dos comunistas brasileiros. A obra serviu de base para o II Congresso do PCB (realizado entre 16 a 18 de maio de 1925), culminando na formação do Bloco Operário-Camponês que disputou as eleições de 1927 e 1930. Apesar de vários erros, a obra foi a primeira tentativa autônoma de pensar a sociedade brasileira sem a tutela de organizações internacionais como o Komintern, por exemplo.

estaria na “divisão internacional do trabalho, que permite a alguns países o desenvolvimento industrial e o limita em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido” (SANTOS, 1970, p. 125 apud WASSERMAN, 2017, p. 126). Outrossim, Fernandes e Santos também entram em conexão com relação à dualidade arcaico/desenvolvido e ao imobilismo que ele gera nas sociedades dependentes, como podemos observar neste trecho:

Até o momento, portanto, a integração regional da América Latina não é sinônimo de fortalecimento de sua independência, pelo contrário, significa ampliar o alcance de sua dependência. Curioso jogo dialético entre progresso e atraso! O capitalismo não é capaz de realizar o progresso dos povos a não ser aumentando seu atraso: isto é, mergulhando-o na estrutura exploradora da concorrência e da luta do homem contra o homem (SANTOS, 2018, p. 50-1).

Ademais, Florestan Fernandes e os diversos teóricos da Teoria Marxista da Dependência se aproximam no tocante à interpretação do capitalismo dependente e sua natureza. A grande diferença se encontra, como vimos, na ótica espacial adotada pelos dois polos em questão. Se Fernandes reflete mais sobre a realidade brasileira, trazendo pontuações esporádicas sobre os demais países latino-americanos, a interpretação da superexploração dá uma maior atenção à dinâmica regional mesmo que também realizem análises sobre seu país de origem. As próprias trajetórias pessoais e intelectuais dos autores, mencionadas rapidamente na introdução, podem dar indícios do porquê da adoção de diferentes perspectivas na análise do capitalismo dependente entre esses autores. Entretanto, acredito que os autores em questão entram em concordância em três aspectos gerais: a) criticam o modelo explicativo que busca superar o subdesenvolvimento através do controle nacional das atividades produtivas que, supostamente, poderia levar a um desenvolvimento voltado para dentro; b) mostram a natureza impotente das burguesias locais, transformando-as em burguesias dependentes que por sua formação não estão aptas a liderarem uma revolução democrático-burguesa, mas sim se encontram alinhadas aos interesses imperialistas; c) colocam o socialismo como a única alternativa política capaz de superar o subdesenvolvimento, rompendo com as amarras da dependência, orquestrada pelos países capitalistas centrais. Se os dois primeiros aspectos foram debatidos aqui, o terceiro terá espaço na próxima parte, em que busco trazer as aproximações entre Fernandes e Santos sobre o fascismo na América Latina.

Origem, desenvolvimento, expressão e superação do fascismo na América Latina

Nesta parte final do texto, o debate se concentra nas aproximações entre Fernandes e Santos sobre o fenômeno do fascismo na América Latina. Antes disso, baseando-se nas ideias de Leandro Konder (2009), se faz necessário discutir o fascismo de uma maneira geral, assim como tecer críticas ao conceito de totalitarismo, desenvolvido por Hannah Arendt. A crítica à

equiparação entre fascismo e socialismo ganha importância neste debate tendo em vista que Fernandes e Santos colocam o segundo como a única alternativa política possível de superação do primeiro. De um modo geral, o fascismo se encontra inserido dentro do espectro político da direita. Segundo Konder, “a direita é o gênero de que o fascismo é uma espécie” (KONDER, 2009. p. 27). Porém, tanto a direita de um modo geral, quanto o fascismo de um modo particular, estão preocupados em alcançar um único objetivo: a manutenção e/ou conservação do sistema capitalista. O fascismo, particularmente, surgiu como fenômeno político em um determinado contexto (e fase do capitalismo), tornando-se uma expressão radicalizada dessa manutenção da ordem capitalista. Essa radicalidade era necessária por conta do avanço do movimento socialista na Europa no início do século XX.

Buscando resumir as principais características do fascismo no momento de sua origem, Konder (2009, p. 53) coloca esse fenômeno como: a) um fenômeno político que surge na fase imperialista do capitalismo, visando o fortalecimento do capitalismo monopolista de Estado; b) socialmente conservador e que busca misturar mitos irracionalistas com procedimentos modernos para fins manipulatórios; c) se apresenta como antidemocrático, antiliberal, anticomunista e chauvinista; d) sua condição de desenvolvimento é a desarticulação das forças antifascistas; e) por fim, desenvolve a sociedade de massa, dando suporte à fusão do capitalismo bancário com o industrial formando, desta forma, o capitalismo financeiro. Algumas dessas ideias gerais baseadas em Konder, também se fazem presentes em Fernandes e Santos, como poderemos ver adiante. Mas antes de se aprofundar nesses dois autores, vale mencionar a crítica realizada por Konder ao conceito de totalitarismo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o fascismo passou a ser tratado como uma espécie de terceiro sistema que teria como base ideológica a defesa de um abstrato e não definido corporativismo. O corporativismo fascista acabou sendo tratado como uma alternativa ao capitalismo e socialismo. Essa interpretação, como podemos observar, obscurece as ligações do movimento fascista com liberais e camufla seu objetivo de manutenção do capitalismo já que ele, hipoteticamente, representaria uma alternativa a esse sistema.

Diante da derrota nazifascista e o advento da Guerra Fria, colocando o mundo sob uma ordem bipolar, os círculos dirigentes do capitalismo ocidental moderno trataram de desenvolver uma intensa campanha ideológica de cunho anticomunista em âmbito mundial. Segundo Konder, “Privilegiam-se, na época, as *abordagens do fascismo feitas sob égide do conceito de totalitarismo*” (KONDER, 2009. p. 111, grifos do autor). Outras interpretações não socialistas sobre o fascismo também surgiram neste período, apesar da hegemonia das reflexões feitas por Arendt. Uma dessas interpretações foi a de Benedetto Croce que “caracterizou o fascismo como uma doença inesperada que, de uma hora para outra, tinha atacado o corpo são da Itália” (KONDER, 2009. p. 114). E até mesmo apareceram teorias que equiparavam fascismo e socialismo, a exemplo dos religiosos Luigi Sturzo e Jacques Maritain. Esses compartilhavam “A ideia de um ‘espírito revolucionário’ que se encontraria tanto no avanço do socialismo quanto no aparecimento do fascismo estabelecida

uma espécie de parentesco entre ambos” (KONDER, 2009. p. 115, grifos do autor). Mas, como já mencionado, a teoria do totalitarismo defendida por Arendt foi a que conseguiu um maior alcance.

Ainda segundo Konder, ela tratou o imperialismo sob uma perspectiva teórica completamente diferente da trabalhada por Vladimir Lênin (2012), e como consequência “em lugar de ver no imperialismo a última etapa do capitalismo, ela enxerga nele o princípio do ‘aburguesamento’ da sociedade contemporânea” (KONDER, 2009. p. 116). Esse aburguesamento, produto da contemporaneidade, teria uma natureza egoísta que baseou os valores dos grandes capitalistas do século XIX que “puseram-se não só a buscar novos mercados no exterior como trataram de jogar com as massas populares, servindo-se delas em suas manobras políticas” (KONDER, 2009. p. 117). O resultado desse processo foi a Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 a 1918. A intensa crise ocorrida por conta desse conflito mundial, acabou se tornando um período frutífero para o desenvolvimento do fascismo e do socialismo. Esses dois movimentos passaram a recrutar adeptos das massas populares com ânsia de politização. E segundo Arendt, “totalitarian movements are possible wherever there are masses who for any reason or another have acquired the appetite for political organisation” (ARENDT, 1951, p. 305 apud KONDER, 2009, p. 117). Essas reflexões fazem Konder concluir o seguinte:

Em sua análise, a escritora tende a equiparar o fascismo e o comunismo. Para ela, a guerra entre União Soviética e a Alemanha nazista foi “uma guerra entre dois sistemas essencialmente idênticos”. Na comparação entre os dois “totalitarismos”, H. Arendt chega mesmo a enxergar certos aspectos mais humanos no nazismo, já que o terror na União Soviética era um fenômeno que *podia atingir qualquer pessoa e não estava sequer limitado pelas discriminações raciais*, como na Alemanha de Hitler (KONDER, 2009. p. 117, grifos do autor).

Como dissemos acima, essa crítica ao conceito de totalitarismo tem como intuito problematizar as equiparações entre fascismo e socialismo; pois Fernandes e Santos colocam a revolução socialista como caminho para a superação do capitalismo dependente. Feitas essas reflexões, parto para as semelhanças entre os dois autores no tocante à análise do fascismo na realidade latino-americana. Para um melhor entendimento, procuro basear-me em quatro pontos: a) a origem do fascismo na América Latina; b) seu desenvolvimento como força política de natureza conservadora; c) suas expressões ideológicas debilitadas; d) e seu meio de superação. A análise tem como base textos específicos dos autores. Com relação a Fernandes, as reflexões serão baseadas no texto *Notas sobre o fascismo na América Latina*, originalmente resultado de uma mesa redonda na Harvard University, em março de 1971, período em que ele já se encontra preocupado com as questões envolvendo o capitalismo dependente. Já do Santos temos como base dois capítulos do livro *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. São eles: a) o capítulo três da primeira parte, intitulado *O avanço do fascismo na América Latina*; b) o capítulo quatro da quinta

parte, intitulado *O fascismo*.

O primeiro ponto de convergência entre esses dois autores, ao tratarem do fascismo, é enxergá-lo como um movimento político atual e com vitalidade. Para Fernandes, “O fascismo não perdeu, como realidade histórica, nem seu significado político nem sua influência ativa” (FERNANDES, 2015, p. 33). Pelo contrário, ele perdeu sua pureza, mas permanece vivo e atuante de modo difuso ou mais ou menos abertos. Ao trabalhar a atualidade desse conceito, Santos enfatiza a vitalidade desse fenômeno político que “continua sendo uma tendência ativa dentro do próprio processo de integração capitalista, uma possibilidade que resulta do conflito entre os interesses opostos do processo” (SANTOS, 2018, p. 312). Além do mais, tratando o fascismo de um modo geral, ambos o enxergam como um fenômeno que combate o avanço do movimento socialista e que também se configura por sua ligação direta com as grandes empresas. Utilizando-se da tecnocratização e militarização do Estado capitalista, Fernandes enxerga o fascismo como um movimento que busca o “uso do poder político estatal para evitar ou impedir a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2015, p. 33); além disso, é representado pelo mesmo como o braço político armado das grandes empresas capitalistas, visando a manutenção do sistema mundial de poder burguês. Como um movimento nacional, originalmente formado nos países capitalistas que chegaram tardiamente na partilha imperialista do mundo, o fascismo em Santos busca a consolidação de uma unidade nacional que só será possível eliminando forças políticas discordantes como o movimento socialista. Logo, “A consolidação do fascismo no poder exige uma guerra civil que extermine as lideranças proletárias e socialistas” (SANTOS, 2018, p. 309). Através de um terror generalizado, “Exige-se do Estado uma alta eficiência para servir aos objetivos desenvolvimentistas do grande capital” (SANTOS, 2018, p. 87).

Fernandes e Santos, ao tratarem da origem do fascismo na América Latina, enxergam a reação contrarrevolucionária como um importante fator de seu surgimento na região. Para o sociólogo paulista, o fascismo na região se expressa pela intensificação do uso autoritário da luta de classes, da opressão social e da repressão política pelo Estado. Ou seja, “Ele é substancialmente contrarrevolucionário e emprega a guerra civil (potencial ou real; e “a quente” ou “a fria”)” (FERNANDES, 2015, p. 35). Seu aparecimento ocorre, primordialmente, para que se evite dois tipos de mudanças sociais: a) uma revolução dentro da ordem; b) uma revolução contra a ordem existente. Ao criticar conceitos como subfascismo, que colocam as expressões fascistas na região como mero produto de estruturas de poder arcaicas, Fernandes deixa claro a natureza contrarrevolucionária na origem desse fenômeno político:

Esses e outros nomes mal se aplicam à contrarrevolução organizada política e militarmente e às suas implicações políticas tão complexas e destrutivas, que consolidam o poder da reação e excluem da cena histórica todas as formas de mudança política estrutural (anticapitalistas ou não), que escapem ao controle direto ou indireto das classes possuidoras e de suas elites dirigentes (FERNANDES, 2015, p. 36).

Essa contrarrevolução organizada, analisada por Fernandes, surge historicamente na América Latina em momentos de crise, causadas justamente em reação aos dois tipos de mudanças descritos acima. No mais, a natureza contrarrevolucionária das classes dominantes locais e das forças estrangeiras, levando à origem de movimentos fascistas na região, tem uma dupla característica. Em primeiro lugar, ela se apresenta como um processo estrutural do capitalismo dependente, sendo uma reação à qualquer tipo de mudança. E em segundo lugar, além de estrutural, carrega uma forte influência do imperialismo em sua gestação e eclosão. O marco de intensificação dessa natureza contrarrevolucionária é a Guerra Fria em que se busca “evitar novas Cubas”. Dessa reação, existe um movimento que busca manter o capitalismo dependente sob um status estável e seguro. Sobre esse processo, afirma o autor:

A confluência desses processos imprimia às burguesias dependentes e impotentes da América Latina um papel ativo e considerável na contrarrevolução capitalista e no “cerco ao comunismo”, ambos de âmbito mundial, e acarretava, como contrapartida, uma clara intensificação das tendências à fascistização do Estado, apoiadas em assessoria policial-militar e política, em recursos materiais ou humanos e em estratégias vindas de fora (como parte da “modernização global”). Tudo isso indica que esse “curso negro da história” não é de curta duração. Ele se vincula a um padrão de articulação política necessária entre o *centro* e a *periferia* do mundo capitalista (FERNANDES, 2015, p. 47, grifos do autor).

Mas como se apresenta esse caráter contrarrevolucionário do fascismo na região em Santos? Assim como Fernandes, ele coloca o aparecimento do fascismo como resultado de uma intensa radicalização da luta de classes, citando a conjuntura política brasileira que culminou no golpe civil-militar de 1964 como exemplo. Naquela conjuntura tivemos de um lado, a organização mais expressiva de operários, camponeses, estudantes, parlamentares nacionalistas e militares nacionalistas; e do outro a mobilização da direita com a Marcha pela família, por Deus e pela liberdade, a frente parlamentar anticomunista, os militares golpistas e a influência estrangeira. O choque desses dois polos antagônicos resultou numa radicalização política, fonte do golpe de Estado. Assim como Fernandes, ele também pontua o fator Revolução Cubana como um acréscimo a essa radicalização. Já sobre o exemplo brasileiro, Santos diz:

O caso brasileiro era o presságio de novos acontecimentos que indicariam a existência de uma tendência histórica. Em todos eles estaria presente a mão brasileira, base de apoio continental a uma política autoritária que se somava aos organizadores internacionais desta onda: a CIA e o Pentágono (SANTOS, 2018, p. 80).

Os casos de Santo Domingo em 1966, Argentina em 1976, Peru em 1968, Bolívia em 1971 e Chile em 1973 repetiram o mesmo processo ocorrido no Brasil anos antes: radicalização

política, acompanhada de uma interferência estrangeira que visou a manutenção do *status quo*. Ou seja, a manutenção das estruturas do capitalismo dependente. O caso chileno, emblemático para o autor que vivenciou de perto os acontecimentos, é outra clara demonstração da reação contrarrevolucionária diante da iminência de mudanças:

Por um lado, trabalhadores buscavam construir um poder popular que estabelecesse as bases organizativas para aprofundar as medidas implementadas e criar um novo tipo de Estado. Por outro, as forças conservadoras e um setor fascista cada vez mais organizado pressionavam a Democracia Cristã e as Forças Armadas para montar uma aliança contra a Unidade Popular. As mobilizações de massas, as ações terroristas, a desorganização da economia, o cerco parlamentar e jurídico, o terrorismo psicológico e a exacerbação da propaganda irracionalista nos inúmeros meios de comunicação da direita – assessorada, financiada e dirigida pela CIA – culminaram no golpe de Estado, apoiado diretamente pelo Pentágono e comandado (uma vez mais!) pelo Chefe do Estado-Maior do governo da Unidade Popular (SANTOS, 2018, p. 82).

Como percebemos, as conjunturas de diversos países latino-americanos, mostram que a ascensão do fascismo na região se encontra atrelado originalmente a uma reação contrarrevolucionária às mudanças sociais; sejam elas dentro da ordem ou contra a ordem. Desta forma, o terror generalizado “implementa uma política de repressão sistemática cujo fundamento ideológico e psicológico é o de restabelecer a ordem social perdida” (SANTOS, 2018, p. 84). Assim como Fernandes aponta, a origem do fascismo na região era contrarrevolucionária e estrutural pois significava “uma nova fase política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente antipopular” (SANTOS, 2018, p. 17). Analisadas e comparadas as visões dos dois autores sobre o que leva à origem do fascismo na região, vale a pergunta: como se deu o desenvolvimento desse fenômeno na região?

Sua origem contrarrevolucionária e financiada por forças estrangeiras (especialmente norte-americanas), estão somadas a seu desenvolvimento atrelado e alinhado com as forças políticas liberais e conservadoras. Como já pontuado por Konder (2006), a aproximação entre fascismo e liberalismo é um fato ocorrido já na Europa. Após o contexto do pós-guerra, as forças nazifascistas se rearticularam no continente europeu e muitas foram atuar em partidos conservadores, como foi o caso da União Democrata-Cristã⁴ da República Federal da Alemanha. Ocorreu na Europa uma assimilação de aspectos fascistas por parte do conservadorismo tradicional. Segundo Konder:

Para ser efetivamente “assimilado”, o fascismo precisava deixar-se “transformar”, renunciando ao que nele se mostrava “superado”; e, para conseguir “assimilar”

4 A União Democrata-Cristã é um partido político alemão, fundado em junho de 1945. Tem como principal aliado a União Social-Cristã, partido político de orientação conservadora. Atualmente, a União Democrata-Cristã é o maior partido da Alemanha, congregando a maioria da direita no país. Por fim, é o partido da atual primeira-ministra alemã, Angela Merkel, no cargo desde novembro de 2005.

verdadeiramente as energias do fascismo, o conservadorismo tradicional era levado a se “fascistizar”, *dentro de certos limites* (KONDER, 2006, p. 162, grifos do autor).

Na América Latina, Fernandes coloca o fascismo como alinhado às forças conservadoras tradicionais, presentes na região. Inclusive, o autor aponta a existência de uma polarização entre o movimento fascista de inspiração europeia e as forças políticas tradicionais da região, aglutinadas no que ele cunhou de totalitarismo de classe. Segundo ele, “o fascismo tinha de competir com o totalitarismo de classe, um equivalente rudimentar mas eficaz e menos arriscado” (FERNANDES, 2015, p. 49). Diante dessa disputa entre essas forças políticas contrarrevolucionárias, o fascismo surgiria com mais força “quando esse tipo de polarização não pode ser resolvido por ‘acordos entre cavalheiros’ e ‘dentro da ordem’, *civilizadamente!*” (FERNANDES, 2015, p. 48-9, grifos do autor). Existe uma preferência das classes dominantes locais pelo totalitarismo de classe, sendo este um tipo de dominação mais comum, representando a realidade política normal da região. O objetivo desses setores dominantes era a manutenção das classes populares na inércia e impotência, sendo a mobilização de massas (cultivadas através de um nacionalismo, pseudossocialismo e pseudossindicalismo), incentivada pelos movimentos fascistas, a representação de um perigo potencial à manutenção dos privilégios. Esse acionamento do movimento fascista apenas em contextos de radicalização é assim analisado por Fernandes:

Todas essas ressalvas não escondem um ganho líquido dos setores mais conservadores e reacionários das classes dominantes. Foi graças aos movimentos fascistas que falharam e foram absorvidos ou superados que se deu a socialização política de várias figuras e grupos “inquietos”, “radicais” ou “rebeldes”. No presente, essas figuras e grupos voltam à cena política, preparadas para *guiar* a guinada contrarrevolucionária da burguesia (FERNANDES, 2015, p. 50).

Se levarmos essa socialização política para uma análise empírica, podemos dar o exemplo de figuras como Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), que não só esteve presente na frente parlamentar anticomunista que contribuiu para a deposição de João Goulart como, consolidado o golpe, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena) onde encerrou sua vida pública atuando como Deputado Federal por dois mandatos consecutivos. Miguel Reale, outro militante integralista, atuou na esfera jurídica, sendo um dos principais redatores da Emenda Constitucional nº 1, consolidando juridicamente o golpe civil-militar de 1964. Para Theotônio, o fascismo é um movimento originalmente pequeno-burguês que só consegue alcançar o poder político em um determinado contexto de radicalização e, principalmente, por receber o apoio da burguesia na missão de preservação do sistema capitalista. E é por chegar ao poder graças à aliança com a burguesia que o fascismo não consegue realizar plenamente suas ideias. Sendo um produto do pragmatismo político, “Os regimes fascistas concretos são o resultado de um compromisso entre esses ideais e as condições objetivas” (SANTOS, 2018, p. 88). Tal compromisso torna,

segundo Santos, o fascismo diferente do liberalismo não em sua essência, mas em sua forma. Assim como Fernandes, ele enxerga uma contradição entre o movimento fascista e as forças de conservação tradicionais na região. Essa contradição acaba limitando a atuação fascista no terreno político e econômico. No terreno político, o Estado corporativo passa a ser rejeitado pelas classes dominantes locais, “dado o caráter altamente impopular das medidas econômicas adotadas para favorecer o grande capital” (SANTOS, 2018, p. 85). Já no âmbito econômico:

Se bem o fascismo é uma tendência viva no momento atual do país, existem outros fatores que o debilitam e aumentam as contradições internas que o dilaceram: são as dificuldades de conciliar os interesses econômicos da pequena burguesia e da classe média com o latifúndio, e de conciliar um mínimo de interesses nacionalistas da pequena burguesia e da classe média com a grande burguesia imperialista (SANTOS, 2018, p. 315).

Dessas reflexões, Santos cria o conceito de fascismo dependente para tratar do desenvolvimento desse fenômeno na América Latina. O movimento fascista latino-americano se mostra dependente de forças estrangeiras na sua origem e da classe dominante local no seu desenvolvimento. Diante dessas debilidades no desenvolvimento desse fenômeno, chegamos no debate sobre a expressão ideológica do fascismo na região. Neste quesito os dois autores em questão entram em mais uma concordância: a expressão fascista na realidade latino-americana sofre, intrinsecamente, de uma debilidade ideológica. Segundo Fernandes, “O baixo nível de autonomia da ordem política impede, em toda a parte, a eclosão das formas extremas do fascismo” (FERNANDES, 2015, p. 36), entretanto, esse mesmo baixo nível de autonomia representa “a raiz da extrema difusão de traços e tendências fascistóides e especificamente fascistas, em diferentes tipos de composições do poder” (FERNANDES, 2015, p. 36). Ao analisar três diferentes tipos de dominação na América Latina (despotismo no caso haitiano, oligarquia no caso paraguaio e a plutocracia no caso brasileiro), Fernandes acredita que essas tendências fascistóides e fascistas se expressam tanto de forma embrionária, quanto de forma mais madura. Porém, apesar de diferentes tipos de dominação, as tendências fascistas que elas podem apresentar caminham para o mesmo objetivo que é “garantir a continuidade ou o aperfeiçoamento dos privilégios e o controle estável do poder (em todas as suas formas) a partir de cima” (FERNANDES, 2015, p. 39). A manutenção desses privilégios se apresenta através do enfraquecimento e distorção da ordem institucional, do desenvolvimento de uma concepção totalitária do poder e, por último, o bloqueio de mudanças sociais. Para realizar tais tarefas o fascismo latino-americano não precisa, necessariamente, de uma sólida elaboração ideológica. Porém, essa inconsistência ideológica não significa ausência de fascismo. Desta maneira, “esses requisitos da fascistização das estruturas de poder, do Estado e do governo não necessitam seja uma intensa elaboração ideológica, seja uma tecnologia organizatória própria” (FERNANDES, 2015, p. 40).

Santos também constata a limitação ideológica do fascismo dependente. Como produto originário da intervenção estrangeira na região, o fascismo dependente recebe como missão em momentos de intensa radicalização política desencadear o reformismo econômico (garantida a monopolização do capital), reformismo político (burlando a ordem constitucional) e a repressão (representada por uma contrainsurgência e, se for preciso, a instauração de uma ditadura militar). Sobre o papel dos militares na expressão do fascismo na região, Santos afirma que eles foram considerados pelo imperialismo como uma elite da classe média contendo ideais modernizadores. Esses ideais estariam representados pela Doutrina de Segurança Nacional, expressão ideológica do fascismo dependente que busca o alcance dos objetivos traçados acima. Sobre a Doutrina de Segurança Nacional como expressão ideológica debilitada do fascismo dependente, afirma Santos:

A doutrina da “Segurança Nacional” foi a base ideológica que unificou politicamente a maioria dos militares. Seu conteúdo fascista guarda pouca semelhança com o fascismo clássico, porém é muito claro: esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil; a do partido, pelo aparato burocrático nacional militar; em contrapartida, a ideia da repressão da ordem como fatores de desenvolvimento nacional e de uma nação forte é tipicamente fascista. O movimento fascista de base só é necessário para desestabilizar o governo popular que se quer derrotar (SANTOS, 2018, p. 94).

Essa fragilidade ideológica desemboca em características do fascismo dependente como: a) favorecimento do capital internacional, antes do nacional; b) separação entre o movimento fascista de base e o Estado fascista comandado pela elite empresarial, militar e tecnocrática; c) falta de legitimidade ideológica, que se expressa em uma interminável repressão que busca substituir pela força a ausência de bases ideológicas mais firmes. Sua ligação umbilical com o imperialismo, torna o fascismo dependente mais defensivo que ofensivo. Diferente do visto nas experiências alemãs e italianas, o fascismo na América Latina visa menos a expansão nacional e mais a contrarrevolução contra qualquer tipo de mudança social. Assim sendo, “Esse matrimônio espúrio tem um filho também espúrio: um regime fascista meramente repressivo e, portanto, incapaz de alcançar a unidade nacional que o fascismo europeu alcançou” (SANTOS, 2018, p. 314-5). Para os dois autores, todas as formas de uma maior elaboração teórica e ideológica do fascismo são rapidamente sufocadas pelas classes dominantes locais em aliança com as forças estrangeiras que só se utilizam desse fenômeno em momentos de crise e convulsão social. Analisando o fascismo dependente brasileiro após o Ato Institucional nº 5, Santos reafirma essa debilidade ideológica em outros termos:

O conteúdo ideológico do fascismo mostra-se bastante limitado e grotesco; a afirmação nacional ocorre através do futebol, do carnaval e da exploração de terras virgens no Amazonas (para entregá-las ao capital estrangeiro, o principal beneficiário desta expansão territorial); a política externa ganha certa independência relativa vinculando-se aos Estados mais repudiados do mundo, como Portugal e África do Sul; o crescimento

econômico que o regime apresenta é representativo de uma grande aventura econômica do que de um desenvolvimento sólido. É, portanto, um regime cuja euforia se sustenta em uma propaganda capaz de magnificar tudo o que seja inútil e grotesco, pisoteando um povo faminto, explorado e oprimido (SANTOS, 2018, p. 320).

Por último, os dois autores também entram em diálogo quando o quesito é propor uma solução ao fascismo dependente e ao capitalismo dependente. Diferenciando-se das interpretações da dependência associada e da contradição nacional-dependente, Fernandes e Santos propõem o socialismo como o único sistema político, econômico e social que pode romper com esse processo. Ao constatar que o fascismo na América Latina é um fenômeno atual e estrutural, recorrente em momentos de convulsão social, Fernandes enxerga que sua aparição pode se tornar ainda mais perigosa no contexto da terceira revolução tecnológica. Tal cenário leva à afirmação de que “o único caminho para salvar-se a autêntica revolução democrática seria o oferecido pelo socialismo puro e convicto – o socialismo que pretende eliminar o Estado através da democracia de toda a população para toda a população” (FERNANDES, 2015, p. 55). Podendo o fascismo se apresentar de forma ainda mais agressiva, o debate sobre sua eliminação se alarga. Logo,

a questão não se reduz à “sobrevivência com liberdade”. Trata-se de saber se o homem será senhor ou escravo da *civilização industrial moderna*, com todas as perspectivas que ela abre ou para a destruição da humanidade ou para a igualdade e a fraternidade entre todos os seres humanos (FERNANDES, 2015, p. 55).

Semelhante a Fernandes, Santos debate a questão da luta antifascista. Também enxergando a ascensão do fascismo na região como de âmbito estrutural, ele acredita ser necessário aliar à luta pela democracia a luta pelo socialismo, sendo este o “único sistema capaz de permitir a consolidação das transformações democráticas, anti-imperialistas e antilatifundiárias” (SANTOS, 2018, p. 96). Tratando o fascismo como uma solução desesperada e radical do grande capital na manutenção de seus privilégios, Santos enxerga as alternativas democrático-burguesas como fracassadas no enfrentamento a esse fenômeno. As alternativas democrático-burguesas instigam a mobilização das massas visando uma transformação dentro da ordem, mas por suas limitações ideológicas não conseguem aprofundar o processo e acabam instigando a contrarrevolução, capitaneada pelo imperialismo e seus aliados locais. Desta forma, a “garantia de vitória contra o fascismo e de abertura de condições para uma ofensiva revolucionária das massas é a independência política organizativa do proletariado, sua consciência socialista” (SANTOS, 2018, p. 97).

A discussão acima desenvolvida mostra a concordância, mesmo que por caminhos e reflexões diferentes, desses dois autores trabalhados no tocante a origem, desenvolvimento, expressão e superação do fascismo na América Latina. Sua origem se encontra atrelada a um contexto político específico, representado por uma radicalização da luta de classes, em que as forças estrangeiras creditam ao movimento fascista a missão de liderar a contrarrevolução impedindo

mudanças sociais; sejam elas dentro da ordem ou contra a ordem. Seu desenvolvimento é visto através de sua aliança com as forças políticas liberais e conservadoras locais, tornando o fascismo latino-americano duplamente dependente: primeiro ele é dependente das forças imperialistas que o patrocinam em sua gestação, assim como das classes dominantes locais que auxiliam no seu desenvolvimento, enquanto força política radical e contrarrevolucionária. Essa dependência do fascismo torna-o um fenômeno essencialmente debilitado em suas expressões ideológicas. Por fim, a alternativa política oferecida pelos autores é a construção da revolução socialista, estratégia que os colocam em oposição aos uspianos como Cardoso e também aos nacional-desenvolvimentistas da CEPAL e do ISEB. Com isso, o diálogo teórico entre Florestan Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência não é só possível, como se faz urgente e necessário diante de mais um avanço fascista na região.

Considerações finais

O presente artigo buscou se debruçar sobre um possível diálogo entre Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos, focando em particular nas suas concepções sobre o capitalismo dependente e sobre o fascismo na América Latina. Apesar de tal diálogo não ter existido de forma direta entre os autores, as reflexões realizadas acima mostram que existe uma consonância entre Fernandes e o que chamamos de interpretação da superexploração; confirmando a tese defendida por Bresser-Pereira (2010). O estudo dessa aproximação se faz necessário, diante da permanência das mazelas sociais oriundas do capitalismo dependente e do recente avanço do fascismo na região. No início do século XXI, vários governos populares chegaram ao poder na América Latina, como foi o caso de Hugo Chávez na Venezuela, Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Rafael Corrêa no Equador etc. Uma nova onda desenvolvimentista, assim como ocorrida no século XX, varreu o continente que tinha recentemente superado ditaduras militares de tendências fascistas. Porém, assim como visto no século passado, a crença de um projeto nacional de desenvolvimento, sem uma perspectiva de rompimento com as classes dominantes locais, dificultou o avanço desses governos populares que acabaram caindo em seus países ou sobrevivendo sob forte pressão internacional, como é o caso particular da Venezuela. O avanço do conservadorismo e do fascismo em vários países latino-americanos mostra, mais uma vez, que ainda se apresenta como atual a tese, defendida por nossos autores, de que as classes dominantes locais estão comprometidas na manutenção do capitalismo dependente. O aprofundamento do estudo dos autores trabalhados, podem servir de reflexão do ponto de vista político.

Do ponto de vista acadêmico, o trabalho contribui para o Pensamento Social Brasileiro ao buscar um diálogo entre Florestan Fernandes (um autor consagrado) e teóricos como Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini que apenas recentemente estão ganhando sua devida atenção no país. Primeiramente, vimos de uma maneira geral como se deram as trajetórias

políticas e intelectuais de Fernandes e Santos; sendo o primeiro formado na tradicional USP e o segundo na inovadora UnB. Também vimos como se deu as disputas ideológicas entre as interpretações da dependência (interpretação nacional-dependente, interpretação da dependência associada e a interpretação da superexploração), defendendo a tese de que Fernandes apesar de formado academicamente na USP se encontra mais próximo da interpretação da superexploração do que de seus colegas de universidade. Em seguida, começamos a mostrar essa aproximação com base nas visões dos autores sobre o capitalismo dependente. Vimos que Fernandes cria um diálogo com os três principais autores da Teoria Marxista da Dependência ao defender, entre outros pontos, a impotência das classes dominantes locais. Por último, discutimos especificamente a interpretação de Fernandes e Santos sobre o fenômeno fascista na América Latina. Sua origem ligada aos interesses estrangeiros, seu desenvolvimento alinhado às classes dominantes locais, sua debilidade ideológica e o caminho socialista como alternativa política foram pontos discutidos que mostraram a aproximação entre os dois autores. Ademais, o trabalho visa instigar outros pesquisadores e pesquisadoras a investigarem as aproximações (e também as diferenças), entre o centenário Florestan Fernandes e os teóricos da Teoria Marxista da Dependência. As reflexões feitas acima buscam contribuir, mesmo que minimamente, com tal objetivo.

Referências

- BAMBIRRA, Vânia. 2019. *O capitalismo dependente latino-americano*. 4. ed. Florianópolis: Insular. 224p.
- BRANDÃO, Octávio. 2006. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. 2. ed. São Paulo: A. Garibaldi. 196 p.
- BRASIL JÚNIOR, Antonio da Silveira. 2013. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec. 304p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. 2010. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48.
- FERNANDES, Florestan. 1965. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. São Paulo: Dominus Editora. v. 1.
- _____. 1975. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1980. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis: Vozes. 272p.
- _____. 2006. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo.

- _____. 2007. *Da Guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. 2008. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- _____. 2015. *Poder e contrapoder na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 152p.
- KONDER, Leandro. 2009. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 184p.
- LENIN, Vladimir Illitch. 2012. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular*. São Paulo: Expressão Popular. 176p.
- LIMONGI, Fernando. 2001. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, Sergio (Org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Sumaré. v. 1.
- LUCE, Mathias Seibel. 2018. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular. 271p.
- MARINI, Ruy Mauro. 2013. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular. 272p.
- SANTOS, Theotônio dos. 2018. *Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência*. Florianópolis: Insular. 346p.
- SOARES, Eliane Veras. 1997. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez.
- WASSERMAN, Claudia. 2017. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora. 236p.